

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 531.314 - SP (2019/0263886-2)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : MARCELO PINTO DUARTE E OUTRO**  
**ADVOGADOS : MARCELO PINTO DUARTE - SP178382**  
**GLAUCIA RENATA BENVINDO MONTEIRO - SP350764**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : RAFAEL ALEXANDRE LOPES DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **EMENTA**

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. DETERMINAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO PARA A ANÁLISE DO PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME E DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. GRAVIDADE DO CRIME E LONGA PENA A CUMPRIR. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. EXIGÊNCIA AFASTADA POR MEIO DA MEDIDA LIMINAR DEFERIDA NO PRESENTE WRIT. NOVA DECISÃO, PROFERIDA PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS, CONCEDENDO O LIVRAMENTO CONDICIONAL, APÓS A DETERMINAÇÃO, IN LIMINE, DE AFASTAMENTO DA NECESSIDADE DA PERÍCIA. WRIT NÃO PREJUDICADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONCEDIDA.*

## **DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RAFAEL ALEXANDRE LOPES DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2170158- 93.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente cumpre pena total de 5 (cinco) anos, 3 (três) meses e 10 (dez) dias de reclusão, em regime semiaberto, em razão da unificação das condenações pela prática dos crimes dispostos nos arts. 157, § 2.º, inciso II, c.c. o 26, parágrafo único, ambos do Código Penal, e 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006 (fl. 32).

Conforme informação constante da Guia de Execução do Paciente, em 02/04/2019, já tinham sido cumpridos 2 (dois) anos, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias da pena, faltando 2 (dois) anos, 8 (oito) meses e 13 (treze) dias para o término da reprimenda, previsto para 14/12/2021 (fl. 33).

O Apenado ingressou com pedido de progressão ao regime aberto e de livramento condicional perante o Juízo das Execuções Criminais, que entendeu

# Superior Tribunal de Justiça

necessária a realização do exame criminológico para a análise do pleito (fl. 53).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 70-73).

Daí o presente *writ*, em que a Defesa sustenta, em suma, que "*a mera alusão da gravidade do delito praticado anteriormente, bem como quantidade de pena a cumprir, não são motivos suficientes para justificar a exigência do exame criminológico, como condição para o deferimento da benesse*" (fl. 17).

Requer, liminarmente, "*SEJA O EXAME CRIMINOLÓGICO DISPENSADO, por se tratar de medida desnecessária e meramente procrastinatória, determinando-se, à Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal DEECRIM 5ª RAJ - Presidente Prudente/DEECRIM UR5, [a] imediata apreciação do pedido progressional e do livramento condicional*" (fl. 19).

O pedido liminar foi parcialmente deferido, conforme decisão de fls. 77-80, para determinar ao Juízo de Direito da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Presidente Prudente/SP que analisasse os requisitos objetivo e subjetivo para a progressão de regime prisional e de livramento condicional, afastada a exigência de exame criminológico.

As informações foram prestadas à fl. 86 e às fls. 90-109.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do *habeas corpus* (fls. 111-112).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, registro que, em 11/09/2019, foi proferida decisão pelo juízo *a quo* concedendo o livramento condicional ao Paciente (fls. 77-80), nos termos da liminar por mim parcialmente deferida, em 05/09/2019 (fls. 77/80).

Dessa forma, passo à análise do mérito do presente *writ*.

No caso, observo que o Juízo das Execuções Criminais determinou a submissão do Paciente à realização de exame criminológico com base nos seguintes fundamentos, *in verbis* (fl. 53; sem grifos no original):

***"No caso dos autos, verifica-se que o sentenciado praticou crime grave, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa e possui considerável pena por cumprir.***

*Assim, considerando que o regime aberto e o livramento*

# Superior Tribunal de Justiça

*condicional são benefícios bastante abrangentes, torna-se imprescindível a realização de exame criminológico para verificação da provável e frutífera adaptação no regime menos rigoroso."*

O Tribunal de origem não conheceu do *habeas corpus*, sob o entendimento de que não havia ilegalidade flagrante no *decisum* (fls. 70-73).

Como é cediço, os benefícios da progressão de regime e do livramento condicional somente serão concedido ao condenado que preencher, cumulativamente, os requisitos objetivo e subjetivo, consoante o disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal e no art. 83 do Código Penal.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, embora a nova redação do art. 112 da Lei n.º 7.210/1984 não mais exija, de plano, a realização de exame criminológico, cabe ao magistrado verificar o atendimento dos requisitos subjetivos à luz do caso concreto, podendo, por isso, determinar a realização da perícia, se entender necessário, ou mesmo negar o benefício, desde que o faça fundamentadamente, quando as peculiaridades da causa assim o recomendarem, em observância ao princípio da individualização da pena, previsto no art. 5.º, inciso XLVI, da Constituição da República.

A propósito, a referida orientação foi consolidada no Enunciado n.º 439 da Súmula desta Corte, que possui o seguinte teor:

*"Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada."*

Na hipótese, como visto, o Juízo das Execuções Criminais entendeu pela necessidade de realização de exame criminológico porque *"o sentenciado praticou crime grave, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa e possui considerável pena por cumprir"* (fl. 53).

Apesar dos fundamentos empregados pelo Magistrado de primeiro grau, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, **a quantidade da pena a cumprir e os fatores relacionados aos crimes praticados não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime.**

Nesse sentido, cito os seguintes precedentes:

"[...]"

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que,

# *Superior Tribunal de Justiça*

de acordo com o art. 112 da Lei de Execução Penal, com a redação dada pela Lei n. 10.792/2003, não há mais a exigência de submissão do condenado ao exame criminológico, podendo o Juiz ou mesmo o Tribunal de origem determinar sua realização, diante das peculiaridades do caso concreto e de forma fundamentada.

2. O Juiz da execução encontra-se mais próximo à realidade do caso concreto, podendo com muito mais propriedade distinguir as situações em que se mostra desnecessária a realização do exame (HC n. 196.913/SP, Ministra Maria Thereza, Sexta Turma, DJe 30/5/2011).

3. **O Tribunal de Justiça cassou a decisão do Juízo da execução - que concedeu ao paciente a progressão de regime ao semiaberto, sem a necessidade de submetê-lo ao exame criminológico, por entender preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo - tão somente devido à gravidade do delito praticado, à longa pena a ser cumprida, e à circunstância de registrar o paciente, durante a execução da pena, maus antecedentes carcerários (prática de faltas graves, sendo a última em 2009), sem, no entanto, trazer nenhuma circunstância concreta a demonstrar a imprescindibilidade da realização da avaliação criminológica do paciente.**

4. Agravo regimental improvido."(AgRg no HC 174.582/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 29/05/2012, DJe 11/06/2012; sem grifos no original.)

"[...]

2. A teor do que prevê o atual art. 112 da Lei de Execuções Penais, com a redação que lhe deu a Lei n.º 10.792/03, ao indeferir a progressão de regime prisional, porque não cumprido o requisito subjetivo, o julgador deve fazê-lo de forma motivada em dados concretos da execução da pena, não podendo cercar-se de elementos ou circunstâncias imprevistos na lei de regência.

3. **As instâncias ordinárias não lograram fundamentar o inadimplemento do requisito subjetivo para a progressão carcerária, fazendo apenas referência à gravidade abstrata do crime cometido pelo paciente, à longa pena a cumprir e à existência de falta de natureza grave nos idos de 2006, ou seja, falta cometida há mais de 8 (oito) anos, da qual o reeducando já está reabilitado, tendo atualmente bom comportamento carcerário.**

4. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para determinar que o Juízo da execução reexamine o pedido de progressão de regime formulado em favor do paciente, analisando o requisito subjetivo (mérito) com base em elementos concretos da execução da pena, à luz do disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal, facultada, inclusive, a submissão ao exame criminológico, caso necessário." (HC 280.533/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe 26/03/2014; sem grifos no original.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, CONCEDO PARCIALMENTE a ordem de *habeas corpus* para ratificar a liminar em que determinei ao Juízo de Direito da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Presidente Prudente/SP que analisasse os requisitos objetivo e subjetivo para a progressão de regime prisional e de livramento condicional, afastada a exigência de exame criminológico.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora

